

Raça como amplificador de desigualdades educacionais no Ensino Médio: uma análise do censo demográfico 2022 e IDEB 2023

Margarida Cassia Campos ^I  

Marcelo Augusto Barbosa da Costa ^{II}  

Resumo

Os indicadores de desempenho educacional podem evidenciar os efeitos deletérios do racismo estrutural no sistema educacional brasileiro. O presente artigo tem como objetivo analisar as desigualdades raciais no ensino médio brasileiro por meio dos dados do Censo Demográfico de 2022 e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023. Para tanto, utiliza-se referenciais teóricos que demonstram que a educação brasileira se constituiu como um espaço de hierarquias raciais, reproduzindo processos de exclusão. Em seguida, realizou-se um levantamento e o cruzamento de dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023 (INEP), para verificar se o racismo estrutural pode explicar as desigualdades regionais nas notas referentes ao IDEB. Em suma, a pesquisa conclui que a desigualdade educacional no Brasil não é um fenômeno isolado, mas um reflexo direto do racismo estrutural e da herança colonial de quase 400 anos de escravização.

Palavras-chave: Desigualdade educacional; Ensino Médio; racismo estrutural.

^{I.} Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina, UEL. Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: mcassiacampos@uel.br.

^{II.} Especialização em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, UEL. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Colaborador da DRZ Geotecnologia e Consultoria. Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: marcelo.augusto830@uel.br

Race as an amplifier of educational inequalities in High School: an analysis of the 2022 demographic census and the 2023 IDEB

Abstract

Educational performance indicators can highlight the harmful effects of structural racism on the Brazilian education system. This article aims to analyze racial inequalities in Brazilian secondary education using data from the 2022 Demographic Census and the 2023 Basic Education Development Index (IDEB). To this end, it draws on theoretical frameworks that demonstrate how Brazilian education has been constituted as a space of racial hierarchies, reproducing processes of exclusion. Next, data from the 2022 Demographic Census (IBGE) and the 2023 Basic Education Development Index (IDEB) (INEP) were collected and cross-referenced to verify whether structural racism can explain regional inequalities in IDEB scores. In summary, the research concludes that educational inequality in Brazil is not an isolated phenomenon, but a direct reflection of structural racism and the colonial legacy of nearly 400 years of enslavement.

Keywords: Educational inequality; High School; structural racism.



Raza como amplificador de desigualdades educativas en la Educación Secundaria: un análisis del censo demográfico 2022 y del IDEB 2023

Resumen

Los indicadores de rendimiento educativo pueden poner de manifiesto los efectos perjudiciales del racismo estructural en el sistema educativo brasileño. El presente artículo tiene como objetivo analizar las desigualdades raciales en la educación secundaria brasileña mediante los datos del Censo Demográfico de 2022 y del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) de 2023. Para ello, se utilizan marcos teóricos que demuestran que la educación brasileña se constituyó como un espacio de jerarquías raciales, reproduciendo procesos de exclusión. Posteriormente, se realizó un levantamiento y cruce de datos del Censo Demográfico de 2022 (IBGE) y del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) de 2023 (INEP), con el fin de verificar si el racismo estructural puede explicar las desigualdades regionales en las calificaciones correspondientes al IDEB. En resumen, la investigación concluye que la desigualdad educativa en Brasil no es un fenómeno aislado, sino un reflejo directo del racismo estructural y de la herencia colonial de casi 400 años de esclavización.

Palabras clave: Desigualdad educativa; Educación Secundaria; racismo structural.



Introdução

A desigualdade educacional no Brasil tem raízes nas estruturas históricas e sociais que moldaram o país, não podendo ser dissociada da herança de quase 400 anos de colonização e escravização. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar as desigualdades raciais no Ensino Médio brasileiro a partir dos dados do Censo Demográfico de 2022 e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023. Corroborando as discussões realizadas por Figueiredo e Grosfoguel (2009), que apontam que, embora as condições socioeconômicas sejam relevantes, é fundamental destacar também o papel da raça enquanto amplificador das desigualdades nos países onde o racismo é um vetor estruturante de todas as relações sociais. A hipótese partiu da compreensão de que a raça atua como um amplificador das desigualdades educacionais, condicionando o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes nas regiões do país.

Importante destacar que, nas últimas duas décadas, várias políticas de ações afirmativas foram implementadas por intermédio da pressão do movimento negro, com a finalidade de enfrentar tais desigualdades. Porém, observa-se que o debate sobre a equidade racial enfrenta um momento de retrocesso, marcado por ataques sistemáticos às políticas de ações afirmativas no Sul do país. Exemplo disso são as recentes movimentações legislativas, como a Lei nº 19.722/2026, de Santa Catarina, e o Projeto de Lei nº 12/2026, no Paraná, com o objetivo de proibir o sistema de cotas raciais no ingresso em universidades públicas estaduais e em instituições privadas que recebem recursos públicos do estado, sob argumentos de defesa da meritocracia e de uma concorrência mais justa.

Tais ofensivas reforçam que os privilégios da branquitude no Brasil, ao serem questionados por meio das políticas de cotas, produz um rearranjo do pacto da branquitude, evidenciando uma ofensiva reacionária e conservadora em estados com população majoritariamente autodeclarada branca, tendo



como apoio político-ideológico os setores da extrema direita, que negam a presença do racismo estrutural na sociedade brasileira e clamam pela existência de uma democracia racial que escamoteia os privilégios seculares da branquitude no território brasileiro.

Dessa forma, os dados estatísticos foram interpretados a partir de uma perspectiva crítica antirracista e decolonial, fundamentada nas contribuições de Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder e de Figueiredo e Grosfoguel (2009), que analisam como as hierarquias raciais e coloniais estruturam as instituições e a produção das desigualdades na América Latina. Paralelamente, dialoga-se com a perspectiva antirracista de Munanga (2006) e Almeida (2019), que problematizam a construção social da raça e o racismo no Brasil, contribuindo para a compreensão da desigualdade educacional como um processo histórico. Assim, as disparidades observadas revelam a permanência de mecanismos de marginalização que se reproduzem nas instituições escolares e nas políticas públicas.

Por fim, nas considerações finais, o estudo retoma os principais achados, reafirmando que a desigualdade educacional brasileira não pode ser compreendida separadamente do racismo estrutural, e aponta a necessidade da formulação e ampliação das políticas públicas antirracistas para enfrentar essas permanências e os desafios que ainda persistem, de modo a garantir justiça social em todo o território nacional.

Com este estudo, espera-se contribuir para uma reflexão crítica sobre como a desigualdade educacional brasileira é inseparável dos marcadores sociais de classe e raça. Mais do que apresentar indicadores, busca-se demonstrar que os dados revelam a permanência de um projeto de poder de garantia secular de privilégios para a branquitude, no qual o futuro da juventude negra segue condicionado pelas barreiras da persistência das estruturas do colonialismo e do racismo estrutural.



Metodologia

A pesquisa possui abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Primeiramente, foi realizado um levantamento teórico sobre o sistema educacional brasileiro, o racismo estrutural e as hierarquias raciais que contribuem para a compreensão da raça como produtora de desigualdades no campo educacional. Em seguida, foi desenvolvida a análise empírica dos dados secundários do Censo Demográfico de 2022 (IBGE) e do IDEB de 2023 (INEP). Os indicadores foram organizados de forma comparativa entre as regiões brasileiras, sendo utilizados para identificar padrões territoriais de desigualdades econômicas e raciais no Ensino Médio brasileiro.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) integraram a base empírica deste estudo, fornecendo um panorama sociodemográfico e educacional da população. Por abranger todo o território nacional, essa abordagem censitária viabiliza a identificação e a compreensão da distribuição das desigualdades entre as diferentes regiões brasileiras. Com base no recorte regional desse banco de dados, foram analisados indicadores como composição por cor ou raça, taxas de alfabetização e de frequência escolar, além dos níveis de escolaridade (pessoas sem instrução, com ensino fundamental incompleto e com ensino superior completo) e o número médio de anos de estudo da população.

A seleção dessas variáveis permitiu apreender as assimetrias educacionais e socioeconômicas vigentes, com o propósito de demonstrar como o marcador racial se articula a outros fatores estruturais na produção das desigualdades observadas no território nacional. Posteriormente, esses indicadores foram analisados comparativamente entre as cinco macrorregiões do país e confrontados com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023, buscando identificar correlações espaciais entre a distribuição dos indicadores sociais e os padrões de desempenho educacional verificados no Ensino Médio.



É importante mencionar que o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) baseia-se na combinação de dois fatores: o aprendizado e o fluxo escolar. O primeiro componente refere-se ao desempenho dos estudantes em exames padronizados, aferido por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aplica avaliações de Língua Portuguesa e Matemática para turmas em final de ciclo; como o 5º e o 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. A nota final de desempenho de cada escola ou rede de ensino é obtida pela média simples das notas padronizadas desses dois componentes curriculares. O segundo pilar, relativo ao fluxo escolar, expressa-se pela taxa de rendimento dos estudantes, calculada a partir do percentual de aprovação no ano letivo. Esses dados são apurados anualmente pelo Inep via Censo Escolar, que contabiliza a progressão, a retenção por reprovação e o abandono escolar ao longo do período letivo. O índice final do IDEB, que varia em uma escala de zero a dez, resulta da multiplicação desses dois fatores.

Para a seleção dos indicadores do IDEB, utilizamos os resultados referentes ao ano de 2023, por corresponderem à divulgação mais recente disponível no momento da realização da pesquisa. A análise concentrou-se na etapa do Ensino Médio, considerando o conjunto das redes pública e privada, com recorte por Unidade da Federação (UF). Essa delimitação permitiu comparar as taxas de desempenho educacional entre os estados e, posteriormente, entre as cinco grandes regiões do país, viabilizando a identificação de padrões territoriais associados às disparidades de ensino.

Dessa forma, o escopo pautou-se na identificação de convergências e assimetrias entre os índices observados nas diferentes macrorregiões, de modo a compreender a manifestação espacial dessas desigualdades. Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas não pretendem atribuir à raça, de forma isolada, a explicação para os déficits educacionais. O objetivo é compreender como o marcador racial se articula a fatores históricos, sociais e territoriais, revelando



padrões estruturais interpretados à luz da perspectiva antirracista adotada por este estudo.

Raça: marcador social de amplificação das desigualdades educacionais no Brasil

O conceito de raça deve ser entendido como uma construção social e histórica, como nos ensina Munanga (2006), sendo utilizado primeiramente na Zoologia e na Botânica para classificar espécies animais e vegetais. No século XVI, o conceito foi forjado cientificamente por europeus e passou a explicar as pretensas desigualdades entre as diferentes raças.

Posteriormente, no final do século XVIII e início do XIX, a ideia da existência de raças foi transferida da Botânica e da Zoologia para a sociedade humana, de modo a privilegiar e legitimar a escravização e todas as relações de dominação, sem que essa diferença biológica fosse realmente comprovada.

Segundo Quijano (2005), a ideia de raça moldou as relações sociais na América de maneira que as identidades e os traços fenotípicos foram associados às hierarquias e aos projetos de dominação, tendo como premissa a existência de uma classificação social da população, responsável pela manifestação do racismo. Para Santos e Pereira (2022), o racismo é uma ideologia pela qual grupos específicos, com base nas características biológicas e culturais, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inferior.

O racismo não se limita a uma única forma de manifestação; ele se expressa em múltiplas dimensões e, ao longo da história, moldou as relações sociais, gerando desigualdades em todo o mundo. Para que o racismo pudesse se estruturar como uma ideologia no Brasil, é importante recordar que, a partir do século XIX, iniciou-se a propagação do que se convencionou chamar de racismo científico, baseado no darwinismo social. Segundo Miranda (2009), surgiram doutrinas biológico-político-sociais que utilizavam conceitos do darwinismo social para justificar o liberalismo e a dominação da Europa nos demais continentes. Essas ideias defendiam um processo de seleção



natural aplicado à sociedade, no qual os menos favorecidos seriam excluídos ou impedidos de se multiplicar, projetando um mundo idealizado em que a reprodução seria aceita apenas para aqueles grupos raciais considerados superiores segundo critérios científicos.

Na visão de Almeida (2019), o racismo estrutural funciona como um mecanismo que se reproduz continuamente por meio das instituições e das práticas sociais, estando presente de forma naturalizada em espaços como a educação e o mercado de trabalho. O autor também aponta que a invisibilidade das desigualdades raciais é uma das marcas do racismo estrutural, o que reforça suas bases, já que o problema é frequentemente reduzido a aspectos individuais ou morais. Essa perspectiva evidencia, ainda, a necessidade de incluir nas discussões a complexidade das desigualdades no campo educacional. Devido ao processo histórico de mais de 300 anos de escravização e apenas 137 anos desde a abolição formal, sem nenhum tipo de política de reparação, a população negra continua a enfrentar desvantagens estruturais que não foram reparadas pelo Estado brasileiro. Essa herança se manifesta na dificuldade de acesso a uma educação de qualidade. Assim, o racismo estrutural não se resume a práticas discriminatórias individuais, mas constitui uma lógica enraizada que organiza a sociedade brasileira e perpetua desigualdades raciais no território.

Diante disso, o movimento negro tensionou por décadas a sociedade e o Estado brasileiro para criar mecanismos legais de enfrentamento à manifestação do racismo na educação. Sendo assim, em 2003, foi institucionalizada a Lei nº 10.639/2003, posteriormente alterada pela Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Portanto, tal lei determina que a educação deve atuar no combate à discriminação racial e na valorização das identidades negras e indígenas, não como um conteúdo isolado, mas como uma prática pedagógica.

Além disso, foi criado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que consolidou o compromisso do país com a implementação de políticas



de ação afirmativa, reconhecendo o direito à educação como ferramenta de correção das desigualdades. Entretanto, a distância entre os artigos da legislação e o que ocorre na prática demonstra que o racismo estrutural ainda precisa ser enfrentado pela comunidade escolar. Segundo Caballeiro (2012), a omissão e o despreparo do corpo docente diante das tensões raciais no cotidiano escolar configuram um silêncio pedagógico. Para a autora, essa postura não é neutra: quando os docentes optam por evitar a discussão sobre o reconhecimento e a valorização da identidade negra na escola, o sistema de ensino acaba aceitando os processos de exclusão que comprometem o desenvolvimento e a autoestima dos estudantes negros, ao mesmo tempo em que reforça um imaginário de superioridade nos alunos brancos.

Impacto das desigualdades raciais no desempenho e nas oportunidades educacionais na etapa do Ensino Médio

Portanto, este presente estudo, por meio da análise do Censo Demográfico de 2022, aliado às notas do INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, sobre a avaliação do Ensino Médio nas escolas em 2023, problematiza como a raça impacta diretamente o desempenho e as oportunidades educacionais. A partir desses dados, torna-se possível compreender de forma mais aprofundada as desigualdades que estruturam o sistema de ensino brasileiro, revelando não apenas os contrastes de acesso e permanência escolar, mas também as condições desiguais que marcam a trajetória dos estudantes negros em comparação aos estudantes brancos.

A análise da distribuição espacial dos estudantes matriculados no Ensino Médio no Brasil, fundamentada nos dados do Censo Escolar mais recente de 2024, revela uma evidente segmentação territorial baseada no recorte de cor e raça. Enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam uma predominância de matrículas de estudantes que se autodeclararam negros (pretos e pardos), as regiões Sul e Sudeste destacam-se pela predominância



de estudantes brancos. Essa configuração geográfica não é meramente demográfica, mas reflete desigualdades estruturais.

As regiões Sudeste e Sul, onde se observa a predominância de estudantes brancos, concentram historicamente os maiores níveis de renda média domiciliar do país, conforme dados do Censo Demográfico de 2022. Essa configuração regional está inserida em um padrão histórico de desenvolvimento desigual no Brasil, marcado pela concentração das atividades econômicas mais dinâmicas nas regiões Sul e Sudeste, o que produziu profundos desníveis nas condições de vida e, sobretudo, na renda em relação às demais regiões do país, conforme indicam os estudos de Araújo e Moraes (2014). Essa maior capacidade econômica regional reflete-se diretamente no financiamento da educação básica, uma vez que estados e municípios com maior arrecadação própria conseguem complementar de forma mais significativa os recursos federais, impactando a qualidade do ensino ofertado.

Nesse contexto, a análise empírica das desigualdades educacionais no Brasil fundamenta-se nos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com destaque para os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um dos principais indicadores da educação brasileira, utilizado para avaliar a qualidade do ensino fundamental e médio no país. O IDEB combina o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, especialmente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, com os dados de fluxo escolar, como as taxas de aprovação e reprovação, mensuradas a partir do Censo Escolar.

Dessa forma, o índice permite verificar se os estudantes estão aprendendo os conteúdos esperados para sua etapa de ensino e se conseguem progredir regularmente ao longo da trajetória escolar. Ao observar os resultados, verificamos que os indicadores evidenciam que o desempenho educacional não se distribui de forma homogênea no espaço nacional, refletindo desigualdades históricas associadas à cor/raça, à renda e às condições estruturais das redes



de ensino, e outros fatores, as quais se materializam de maneira desigual nos diferentes territórios brasileiros. Os dados mais recentes do IDEB disponíveis são de 2023, os quais fundamentam as análises regionais apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Nota do IDEB por estado 2023.

BRASIL - IDEB POR ESTADO 2023	
ESTADO	IDEB
Alagoas	4,1
Amapá	3,8
Amazonas	3,8
Bahia	3,9
Ceará	4,3
Distrito Federal	4,2
Espírito Santo	4,8
Goiás	4,8
Maranhão	3,8
Mato Grosso	4,4
Mato Grosso do Sul	4
Minas Gerais	4,2
Pará	4,4
Paraíba	4
Paraná	4,9
Pernambuco	4,5
Piauí	4,5
Rio de Janeiro	3,7
Rio Grande do Norte	3,7
Rio Grande do Sul	4,2
Rondônia	4,2
Roraima	3,5
Santa Catarina	4,2
São Paulo	4,5
Sergipe	4
Tocantins	4,2

Fonte: INEP, 2023



Na região Sudeste, essa relação entre cor/raça e educação se materializa não apenas em melhores condições de infraestrutura escolar, mas também em indicadores educacionais relativamente mais favoráveis quando comparados aos de outras regiões do país. Os dados do IDEB 2023 demonstram que os estados do Espírito Santo, com 4,8, e São Paulo, com 4,5, figuram entre aqueles com melhores desempenhos no Ensino Médio, ambos acima da média nacional de 4,3, enquanto Minas Gerais alcançou 4,2. Esse resultado, embora próximo da média nacional, dialoga com outros indicadores educacionais do estado. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Minas Gerais apresenta taxas mais baixas de alfabetização, menor frequência escolar e uma das menores taxas de ensino superior completo no contexto regional, evidenciando limites estruturais no acesso e na continuidade das trajetórias educacionais.

Esses fatores podem ofertar algumas respostas para compreender os resultados do IDEB, porém a cor/raça dos estudantes parece ser um amplificador das desigualdades, já que, no Censo de 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas negras com mais de 15 anos é mais que o dobro da registrada entre a população branca. Enquanto o índice de pretos e pardos que não sabem ler e escrever é, respectivamente, de 10,1% e 8,8%, o percentual entre pessoas brancas é de 4,3%. Por outro lado, o Rio de Janeiro apresentou nota ainda inferior, 3,7, ficando abaixo da média nacional, com desafios quanto ao fluxo escolar, à evasão e às desigualdades territoriais que se reproduzem nos índices do sistema educacional do estado.

Partindo da análise de que a raça amplifica a desigualdade, o Rio de Janeiro também se destaca na região Sudeste por ter a maior proporção de pessoas que se autodeclaram pretas no Censo Demográfico de 2022, sendo 16,16% do total da população, o que torna ainda mais urgente a compreensão de como as desigualdades raciais podem ser uns dos fatores que ajudam a explicar o baixo desempenho escolar e o acesso às oportunidades educacionais nesse estado. Esse conjunto de fatores beneficia majoritariamente estudantes brancos, reforçando desigualdades raciais historicamente construídas no



interior de um modelo de desenvolvimento regional desigual, conforme apontam Araújo e Moraes (2014).

Já na Região Sul, embora compartilhe indicadores semelhantes aos da região Sudeste em termos de renda e condições estruturais do sistema de educação, observa-se uma predominância ainda maior de estudantes brancos nos espaços escolares, que, coincidentemente, apresentam desempenhos educacionais superiores à média nacional. Os dados do IDEB 2023 para o Ensino Médio evidenciam esse cenário: a Região Sul tem uma média superior à média nacional de 4,3. O Paraná mantém-se em destaque no cenário nacional, alcançando 4,9. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, 64,57% da população do estado se autodeclara branca.

No sentido de analisar os dados, é importante problematizar a ideia de “melhor educação do Brasil” atribuída ao Paraná, uma vez que os resultados não estão isentos de controvérsias. Conforme analisa Junior (2025), no final de 2019, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) implementou o programa “Se liga, é tempo de aprender mais”, impondo às escolas estaduais a realização de processos de recuperação obrigatórios ao final do ano letivo. Essa medida, segundo o autor, contrariou princípios da legislação educacional e a autonomia das instituições, ao exigir que todos os estudantes com dificuldades de rendimento fossem submetidos a uma recuperação extra para garantir a progressão escolar.

Assim, ao analisarmos a tabela 2, que apresenta as últimas três notas do IDEB dos anos de 2019, 2021 e 2023, observa-se que o único dado que realmente apresentou crescimento em todos os anos foi a taxa de aprovação. Assim, podemos considerar que, de 2019 até 2023, os alunos não estão aprendendo mais porque o Paraná tem a melhor educação, mas sim porque o estado está aprovando mais alunos.



Tabela 2 - IDEB Paraná: Ensino Médio (2019-2023).

IDEB PARANÁ: ENSINO MÉDIO (2019-2023)					
Ano	Indicador de rendimento (Taxa de Aprovação)	Desempenho em Matemática (Nota)	Desempenho em Língua Portuguesa (Nota)	Média padronizada (Nota)	Ideb
2019	0,91	293,3	290,85	5,16	4,7
2021	0,96	287,32	288,28	5,04	4,8
2023	0,97	283,89	288,8	5	4,9

Fonte: Inep 2024b

Dados do Censo Demográfico de 2022 evidenciam que as desigualdades raciais se aprofundam nos níveis mais altos de escolarização. No cenário nacional, enquanto 25,8% da população branca com 25 anos ou mais possui ensino superior completo, entre a população preta esse percentual é de apenas 11,7%, e, na população parda, 12,3%. Esses números revelam que, mesmo com avanços gerais nos últimos anos, a população negra continua encontrando barreiras estruturais para acessar e concluir o ensino superior, o que impacta diretamente sua inserção profissional. No mercado de trabalho, essa desigualdade também se expressa de forma evidente, já que os negros ocupam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos concentram cerca de 69%, reforçando como a exclusão educacional e racial produz efeitos duradouros nas oportunidades e posições ocupadas na sociedade. A partir dessa análise, a teoria crítica decolonial e as análises antirracistas contribuem para desafiar as estruturas modernas de poder e dominação, questionando as hierarquias herdadas do colonialismo.

Ainda sobre a região Sul, enquanto Rio Grande do Sul e Santa Catarina registram, ambos, nota 4,2 no IDEB, esses dois estados estão entre os 15 com melhores notas, bem próximos da média nacional. Esses resultados refletem melhores condições de infraestrutura escolar e as duas maiores taxas de alfabetização do Brasil, de acordo com dados do Censo de 2022. Coincidentemente, apresentam também as duas maiores porcentagens de população branca do país, sendo 76,28% em Santa Catarina e 78,42% no Rio



Grande do Sul. Dessa forma, os indicadores educacionais mais elevados na Região Sul não podem ser compreendidos apenas como fruto de eficiência administrativa ou desempenho pedagógico isolado, mas precisam ser interpretados por meio das desigualdades raciais estruturais que atravessam o território brasileiro. A coincidência entre os melhores resultados no IDEB, maiores taxas de alfabetização e a predominância demográfica branca evidencia que o acesso histórico a condições educacionais mais favoráveis não se distribui de maneira neutra, mas acompanha hierarquias raciais consolidadas desde o período colonial.

Importante problematizar que, embora as regiões Sul e Sudeste possuam os melhores índices gerais de desempenho escolar, elas não constituem espaços homogêneos. No interior dos municípios, existem territórios marcados pela predominância da população de baixa renda, onde se encontra, em sua maioria, a presença da população negra, frequentemente localizados em áreas periféricas pauperizadas, afastadas dos principais centros urbanos. Nesses espaços, a oferta educacional tende a apresentar condições mais precárias quando comparada às escolas situadas em regiões centrais e mais valorizadas. Negri (2008) destaca que morar em bairros periféricos de baixa renda significa vivenciar oportunidades desiguais nos âmbitos social, econômico, educacional, cultural e de renda, limitando as possibilidades de mobilidade social e contribuindo, na maioria dos casos, para a reprodução da força de trabalho disponível ao capital.

Na Região Centro-Oeste, os dados do IDEB 2023 para o Ensino Médio revelam um desempenho que se mantém no patamar da média nacional, ambos com nota 4,3, indicando que a região apresenta resultados intermediários no cenário brasileiro. Entre os estados, Goiás se destaca com 4,8, estando com a segunda maior nota do país. Vale ressaltar que, considerando apenas as escolas públicas, o estado de Goiás recebeu a melhor nota do país, com 4,8, acima do Paraná, que ficou com 4,7. Vale reconhecer que, no contexto goiano, algumas unidades escolares públicas se destacaram nacionalmente, como o



Colégio Estadual Professora Aurelice Gomes da Fonseca, localizado em uma zona rural no município de Formosa, que alcançou 7,4 no IDEB, posição entre as cinco melhores do país no Ensino Médio em 2023. Entretanto, é necessário problematizar esses resultados, pois o IDEB, ao combinar desempenho em avaliações e fluxo escolar, não expressa de forma direta as desigualdades raciais e territoriais que estruturam o acesso à educação. O estado de Goiás, mesmo com essa nota, apresenta o menor número de pessoas com nível de educação superior completo da Região Centro-Oeste, de acordo com dados do Censo de 2022, e a população mais impactada em relação ao acesso ao ensino superior completo são, evidentemente, os pretos e pardos.

Mato Grosso alcançou 4,4, posicionando-se um pouco acima da média, embora registre a menor taxa de alfabetização da Região Centro-Oeste, o que reforça a persistência das desigualdades educacionais, mesmo nos estados que se consideram com a melhor educação do Brasil. Já o Distrito Federal, com 4,2, e Mato Grosso do Sul, com 4,0, apresentaram resultados inferiores à média nacional.

Na Região Norte, os dados do IDEB 2023 para o Ensino Médio revelam um desempenho bem abaixo de todas as regiões citadas, com média regional de 3,9, indicando muitas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem quando comparadas às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Entre os estados da região, o Pará, com nota 4,4, é o único acima da média nacional. Os outros seis estados ficaram abaixo: Tocantins (4,2), Rondônia (4,2), Acre (4,0), Amapá (3,8), Amazonas (3,8) e Roraima, com a menor nota do IDEB 2023, 3,5.

Pensando na desigualdade educacional e em suas dinâmicas raciais, tais números não são por acaso. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, Roraima é o único estado brasileiro com mais de 10% da população indígena, sendo exatamente 14,12%. Os indígenas, juntamente com a população negra, historicamente foram impactados negativamente pelos efeitos deletérios do racismo estrutural no campo econômico, político e social, como demonstram várias pesquisas apresentadas no presente texto. Somente quatro



estados do Brasil apresentam números acima de 3% de população indígena, sendo que três deles estão na Região Norte. Se somarmos a população negra e indígena da Região Norte, chegamos a 79,08% do total. Sendo assim, seria uma coincidência tal região possuir a segunda menor taxa de alfabetização do Brasil, a segunda menor taxa de pessoas com nível superior completo e a pior taxa bruta de frequência escolar do país?

Portanto, os baixos resultados educacionais da Região Norte não podem ser interpretados como simples “fracasso escolar” ou deficiência administrativa isolada, mas como um projeto de exclusão racial e territorial no Brasil. Tendo em vista que a maior parte da população dos estados dessa região é composta por indígenas, pretos e pardos, e que é nesses espaços geográficos que se concentram as piores taxas de alfabetização, menor acesso ao ensino superior e os indicadores mais frágeis de permanência escolar, torna-se impossível sustentar qualquer leitura neutra desses dados.

A Região Nordeste apresentou semelhança com a Região Norte, com média regional de 4,0 no IDEB 2023 para o Ensino Médio, configurando um padrão de resultados abaixo da média nacional (4,3). Os estados do Piauí e Pernambuco registraram 4,5, acima da média nacional, e estão entre as seis melhores notas do país. Vale destacar, no caso pernambucano, que a Escola de Aplicação do Recife (EAR), vinculada à UPE, obteve nota 7,5 no IDEB 2023 para o Ensino Médio, figurando entre as três melhores escolas públicas do Brasil, enquanto o Ceará alcançou 4,3, ficando na média. Outros estados como Alagoas (4,1), Sergipe (4,0), Paraíba (4,0), Bahia (3,9), Maranhão (3,8) e Rio Grande do Norte (3,7) registraram desempenhos abaixo da média nacional, sendo este último o segundo pior desempenho do país. Quando se observam apenas as escolas estaduais, o cenário torna-se ainda mais grave: o estado ocupa a última posição nacional, com nota de apenas 3,2, concentrando algumas das piores notas do IDEB em 2023.

Os números acima podem ser problematizados por meio da categoria raça, considerando que a Região Nordeste lidera a predominância da população



preta no Brasil, com 13,04%. Se somarmos a população parda, a população negra representa 72,61% da população total do Nordeste e, coincidentemente, as cinco piores taxas de alfabetização do país estão localizadas na referida região. Na realidade, esses dados revelam a continuidade de um projeto histórico de exclusão, em que a desigualdade educacional se estrutura racialmente no território brasileiro.

A análise dos dados do Censo Demográfico de 2022 e do IDEB 2023 revela que essa herança histórica se manifesta de forma crítica para as pessoas que se autodeclaram negras e indígenas. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022, 70,3% das pessoas em situação de pobreza no Brasil eram negras, evidenciando que a exclusão escolar e a vulnerabilidade econômica são indissociáveis. Os dados reforçam que a maioria das pessoas que não tiveram acesso à educação no Ensino Médio pertencem à população negra, sendo que, em relação à conclusão dessa etapa da educação básica, as pessoas brancas atingem 80,5%, e as pessoas negras 71,5%. Observa-se que as regiões Sul e Sudeste, com predominância de população branca, concentram os melhores indicadores educacionais, enquanto o Norte e o Nordeste, onde a população negra é majoritária e há importante presença indígena, enfrentam as maiores taxas de analfabetismo e os menores índices do IDEB. O estudo evidencia que a taxa de analfabetismo entre pretos é mais do que o dobro da registrada entre brancos, confirmando que o racismo estrutural permanece como um mecanismo que se autoperpetua nas instituições escolares.

Considerações finais

O artigo defende que a desigualdade educacional no Brasil não é um fenômeno isolado, que deve ser analisado apenas pela variável classe social, mas sim um reflexo direto do racismo estrutural e das raízes históricas de quase 400 anos de escravização e colonização, tendo como base o referencial teórico apresentado na pesquisa. Os dados estatísticos analisados demonstram que a



raça atua como um amplificador das desigualdades, condicionando o acesso, a permanência e o desempenho escolar dos estudantes de acordo com sua cor/raça. Portanto, a abolição formal da escravidão no Brasil, em 1888, não significou a superação do racismo ou das desigualdades estruturais, como já apontava Almeida (2019) e sim criou formas de exploração e marginalização da população negra, resultando em diferentes manifestações de opressão.

Para concluir, é fundamental compreender que os dados analisados não representam apenas diferenças regionais ou variações administrativas no desempenho educacional, mas sim a própria distribuição desigual das oportunidades no território brasileiro. O Ensino Médio é uma etapa decisiva para o futuro dos jovens, pois define quem terá acesso às universidades, aos empregos mais qualificados, às oportunidades e às posições de maior prestígio social. Portanto, este estudo reafirma que a desigualdade educacional brasileira é inseparável da questão racial e territorial.

Enquanto o país não enfrentar as raízes coloniais e racistas que estruturam suas instituições, a escola continuará reproduzindo hierarquias históricas, em vez de garantir equidade. Diante disso, torna-se evidente que superar essas desigualdades exige mais do que reconhecer os dados; é necessário implementar políticas públicas de ação afirmativa, como cotas raciais, programas de permanência estudantil, investimentos prioritários em territórios vulnerabilizados e a valorização de uma educação comprometida com a Lei nº 10.639/03. Tais medidas são necessárias para romper com a reprodução das hierarquias raciais no sistema escolar. Portanto, somente por meio da efetiva implementação de ações afirmativas articuladas a um projeto de justiça social será possível construir uma educação democrática no Brasil.

Em suma, o estudo ressalta a necessidade de investigações futuras que articulem os marcadores sociais de gênero, raça e classe, a fim de evidenciar a profunda interseção das desigualdades educacionais no cenário nacional. Para tanto, sugere-se o emprego da teoria crítica da interseccionalidade, conferindo maior densidade teórica e robustez aos achados.



Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019. 264 p.

ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Alves de Sampaio. Desigualdade de renda e sua decomposição no Brasil e nas regiões brasileiras. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 35-51, out./dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 9 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 9 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.

CABALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-233, jun./dez. 2009.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** panorama — cor ou raça indígena. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=cor_ou_raca_indigena&recorte=N2. Acesso em: 5 fev. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** panorama — cor ou raça parda. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=cor_ou_raca_parda&recorte=N3. Acesso em: 5 fev. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** panorama — cor ou raça preta. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=cor_ou_raca_preta&recorte=N2. Acesso em: 5 fev. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** panorama — número médio de anos de estudo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=numero_medio_de_anos_de_estudo&recorte=N2. Acesso em: 5 fev. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** panorama — pessoas com ensino superior. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=pessoas_com_ensino_superior&recorte=N2. Acesso em: 5 fev. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** panorama — pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=pessoas_sem_instrucao_ou_fundamental_incompleto&recorte=N2. Acesso em: 5 fev. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** panorama — taxa bruta de frequência escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=taxa_bruta_de_frequencia_escolar&recorte=N2. Acesso em: 5 fev. 2026.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: panorama — taxa de alfabetização**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=taxa_de_alfabetizacao&recorte=N2. Acesso em: 5 fev. 2026.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Uma estranha noção de ciência: repercussões do pensamento eugênico no Brasil. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 27, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2009.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre raça, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, 2006.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.

PEREIRA, Jesana Batista; SANTOS, Wanessa Dias dos. Raça, racismo e a constituição da criança negra no contexto escolar: diálogo entre conceitos e vivências. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais – UNIT**. Sergipe, v. 4, n. 3, p. 20, 2018.

QEDU. **IDEB 2023: resultados por dependência administrativa — Ensino Médio**. São Paulo: QEDU, 2023. Disponível em: https://qedu.org.br/brasil/ideb/estados?ciclo_id=EM&dependencia_id=2&ano=2023&order=ideb&by=desc. Acesso em: 5 fev. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTA CATARINA. **Lei nº 19.722, de 22 de Janeiro de 2026**. Dispõe sobre a vedação da adoção de cotas e outras ações afirmativas pelas instituições de ensino superior públicas ou que recebam verbas públicas no âmbito do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2026. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-19722-2026-santa-catarina-dispoe-sobre-a-vedacao-da-adocao-de-cotas-e-outras-acoes-afirmativas-pelas-instituicoes-de-ensino-superior-publicas-ou-que-recebam-verbas-publicas-no-ambito-do-estado-de-santa-catarina>. Acesso em: 10 abr. 2026.





Como citar

CAMPOS, Margarida Cassia; COSTA, Marcelo Augusto Barbosa da. Raça como amplificador de desigualdades educacionais no Ensino Médio: uma análise do censo demográfico 2022 e IDEB 2023. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-25, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.55482>.

Submetido em: 05 de junho de 2026

Aceito em: 27 de julho de 2026

Publicado em: 14 de setembro de 2026



CRedit

Reconhecimentos	Não se aplica
Financiamento	Não se aplica
Conflicto de intereses	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética	Não se aplica
Contribuição dos autores	CAMPOS, M. C. declara ter realizado conceituação, análise formal, investigação; supervisão, validação, visualização, redação -revisão e edição. COSTA, M. A. B. declara ter realizado conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, redação - rascunho original; supervisão, validação, visualização e redação final.

Equipe Editorial

Editora de seção:	Letícia Bassetto Secorum
Membro da equipe de produção:	Daniella Caroline R. R. F. Mesquita
Assistente de editoração:	Martinho Gilson Cardoso Chingulo
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

